

Considerações Metodológicas sobre o Trabalho de Campo em Instituições Policiais Militares

ANTONIO ALBERTO BRUNETTA¹

“Crer que a verdade de uma teoria é a mesma coisa que sua fecundidade é um erro. Muitas pessoas parecem, no entanto, admitir o contrário disso. Elas acham que a teoria tem tão pouca necessidade de encontrar aplicação no pensamento, que ela deveria antes dispensá-lo simplesmente. Elas interpretam toda declaração equivocadamente no sentido de uma definitiva profissão de fé, imperativo ou tabu. Elas querem submeter-se a Idéia como se fora um Deus, ou atacá-la como se fora um ídolo. O que lhes falta, em face dela, é a liberdade. Mas é próprio da verdade o fato de que participamos dela como sujeitos ativos. Uma pessoa pode ouvir frases que são em si mesmas verdadeiras, mas só perceberá sua verdade na medida em que está pensando e continua a pensar ou ouvi-las”.

T. W. Adorno, 1944.

RESUMO

O trabalho busca rediscutir questões que considerei como fundamentais durante a realização do trabalho de campo da pesquisa “Reforma Intelectual da Polícia Militar⁹⁸”, na qual a abordagem metodológica não foi premeditada, mas ousou ultrapassar o limite convencional da instrumentalização de sua prática, de modo a garantir a prerrogativa da “pesquisa como relação social de conhecimento”. Apesar do esforço de sistematização contido nas construções metodológicas das pesquisas sociológicas, essas ficam muito aquém da complexidade real das pesquisas, sobretudo quando se considera as pesquisas e a universidade como entidades que interagem na dinâmica social. Levando-se em conta que a produção do conhecimento tem origem e sentido inexorável nas relações sociais que se estabelecem na pesquisa social, é que se busca argumentar em defesa da garantia que a investigação fundamente-se nas relações sociais que a preconizam. A pesquisa - desenvolvida junto à Diretoria de Ensino e Cultura (DEC) da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e suas cinco escolas (Escola Superior de Soldados, ESSd; Escola Superior de Sargentos, ESSgt; Escola de Educação Física, EEF; Centro de Altos Estudos em Segurança, CAES; Academia de Polícia Militar do Barro Branco, APMBB) - , por meio de entrevistas com os coronéis que as comandam, não

⁹⁸ Tese de Doutorado defendida junto ao PPGS/FCLAR/UNESP, em 06 de junho de 2012.

pode ser furto a manter certo distanciamento das questões ideológicas no trato com seus sujeitos, de modo a não confrontar doutrinas e impedir a coleta de dados. No entanto, o pesquisador também não pode se privar, quando confrontado pelas afirmações dos coronéis, a contrapor suas convicções profissionais como síntese de seus posicionamentos ideológicos. A intenção em discutir essas questões se resume à busca por tematizar sobre a produção de pesquisa junto ao universo policial militar, tendo em vista compartilhar procedimentos que não se referem propriamente às questões metodológicas, mas sim às posturas do pesquisador diante de sujeitos cujo pertencimento ao topo da hierarquia militar os torna, aparentemente, tão convictos e rígidos, mas não impossibilitados ao franco diálogo.

1. METODOLOGIA COMO PREOCUPAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA

No contexto atual as discussões sobre metodologia se inscrevem num cenário para o qual é necessário inicialmente distinguir entre as perspectivas procedimental, analítica, teórico-acadêmica e política. E se faz importante enfatizar que tal distinção tem finalidade didática e busca tornar saliente a perspectiva a qual este trabalho se refere: as discussões metodológicas resultam do próprio cenário construído historicamente pelas ciências sociais, o que reflexivamente implicou na construção dessas ciências com características bastante heterogêneas. Altvater (1999) assim se refere ao progresso científico no campo das Ciências Sociais:

O progresso científico, portanto, se faz de maneira incremental. Por isso, rupturas de paradigmas são acontecimentos raros na história da ciência social. A adulteração de hipóteses é o contrário de uma crise e de uma mudança de paradigmas (p. 190).

A ausência de rupturas demonstra que persiste implicitamente nas ciências sociais uma dimensão procedimental (técnica), que se por um lado oferece possibilidades de melhor adequação da pesquisa de cada tema específico – e nesse reside sua virtude – mas só nisso – por outro lado fragiliza a tomada de posição do pesquisador quanto às questões políticas relacionadas ao seu tema. Ou seja, dispondo de uma gama considerável de possibilidades de abordagens técnico-metodológicas sobre o tema da pesquisa, corre-se o risco de negligenciar a perspectiva política sobre o tema, pois se entende que embora inseparáveis, do ponto de vista prático, as questões técnico-metodológicas se sobreponham às questões de ordem política, haja vista a “vitória” do paradigma fenomenológico e empírico nas instituições brasileiras de pesquisa.

Dessa consideração emerge a preocupação com o esfacelamento do compromisso das ciências sociais em explicar a realidade e não meramente em descrevê-la, pois caso se assuma a incapacidade de explicação, ou que se aceite que a própria descrição é explicativa e, por si só, suscitante de hipóteses, produzir-se-á uma contradição frente ao próprio desenvolvimento científico, dado que nas condições de predomínio de um paradigma metodológico, levariam à extinção da crítica da realidade e, necessariamente, à extinção absoluta da autocrítica.

De um modo geral a extinção da crítica é particularmente grave num contexto renovado do pensamento neoliberal, cuja característica principal - no que tange essa discussão - corresponde ao fato de que as demandas de pesquisa tendem a se pautar pela agenda de governo, determinando uma “contramão” das proposições críticas das ciências humanas em relação à realidade política e social, ambas consideradas amplamente como determinadas pela perda generalizada do controle político e administrativo sobre as variáveis fundamentais dos processos econômicos.

Doravante, os questionamentos de Caria (2003) sobre os limites da etnografia apontam caminhos no sentido do enfrentamento do debate acima referido, de modo a buscar uma relação de intermediação que se mantenha propositiva, sem abrir mão da crítica, tornando indispensável à aplicação de uma espécie de autocrítica renovada, qual seja, a culturalização da teoria social, conforme o autor:

[...] conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, de estar e pensar no trabalho de campo, com a linguagem da teoria, que permite objetivar e racionalizar o que ocorreu [...] supondo estar a promover na cultura científica dos investigadores a passagem da consciência prática para uma consciência discursiva e contextualizada, permitindo “culturalizar” a teoria social e desmistificar as concepções idealizadas do que é a prática/ação nas Ciências Sociais (CARIA, 2003, p. 10-11).

A posição de Caria (2003) assume uma etnografia pluritécnica quanto à metodologia, e híbrida e eclética quanto à epistemologia, porém considera tais prerrogativas apenas adequadas quando o que se busca pela etnografia corresponda à compreensão do ‘outro’, inexoravelmente à evidenciação do etnocentrismo do pesquisador, o que permitirá construir o conhecimento como relação social.

Na etnografia de Caria, na qual a pesquisa se apresenta como relação social de conhecimento, a *tradução* é o caminho do conhecimento do ‘outro’, e simultaneamente a garantia de *reflexão* sobre si.

Assim, é razoável considerar que as possibilidades da construção de um conhecimento válido nas ciências sociais estão ancoradas por um aparato de posicionamento não-dicotomizante do pesquisador diante do contexto limitante quanto às possibilidades de conhecer o ‘real’, seja pelo incremento de complexidade que as relações sociais adquirem na globalização; seja pela acumulação de pressupostos metodológicos e paradigmáticos que não se rompem, mas se acumulam; seja pelo imperativo da razão instrumental em detrimento da razão crítica.

Ao não dicotomizar a relação entre pesquisador e a realidade dos sujeitos pesquisados, torna-se possível agir sobre a dimensão “aparente” do real (relações cotidianas, manifestações culturais, relações educativas, processos institucionais etc.) com vistas a produzir efeitos limitados, porém efetivos nas estruturas das relações, de pesquisa, que mesmo que diminutas e limitadas, se apresentam como caminho oportuno e quase exclusivo para atingir de modo efetivo transformações na estrutura social.

Ao contrário do que possa parecer, num mundo social radicalmente objetivado, a subjetividade enquanto conceito surge como exigência para viabilizar a proposta de culturalizar a prática da pesquisa na perspectiva da relação social de conhecimento. Para tanto é necessário um percurso autoral diverso, que segue.

Ao referenciar a discussão acerca da subjetividade na atual configuração de forças no campo das disciplinas científicas (BOURDIEU, 2007) que a tomam como objeto, remeter-se-á, necessariamente, ao duelo entre psicanálise e psiquiatria, cujo último é o atual, mas não definitivo vencedor.

Em tempos de predomínio de uma única visão de sociedade, visão esta que condiciona também a percepção sobre ‘de si’, ‘em si’ e ‘para si’ e na qual prevaleceu, segundo a tradição frankfurtiana, a ‘razão instrumental’ sobre a ‘razão crítica’ (ADORNO, 1985) as estratégias medicamentosas ganham destaque frente às estratégias terapêuticas.

Segundo Birman (2006) vivemos um momento de explosão de subjetividades, pois liberados da dor – que não mais se transforma em sofrimento impedindo a ligação com o outro – e de formas explícitas de repressão, tudo se passa como se não conseguíssemos controlar as afetações sobre o corpo que, contemporaneamente considerado como único valor, porém vulnerabilizado pelo incremento atual de excitação – da intensidade dos fluxos de informação, das prerrogativas de competitividade, etc. – compõe a motivação

nuclear dos traumas que se convertem em expansão generalizada de uma cultura conformista.

Transitou-se no século XX do ‘medo como proteção’ (fobia) para o ‘medo como condição’ (pânico) e, na argumentação de Birman (2006) o **excesso** corresponde ao elemento central do mal-estar contemporâneo, pois

Enquanto na conversão histérica, com efeito, existe a presença das formas psíquicas de simbolização, no estresse, nas produções psicossomáticas e no pânico nos defrontamos com a ausência destas, de forma que o excesso implode no organismo [...] o mal-estar, assim, se apresenta hoje, tanto no corpo quanto na ação, pela pregnância assumida da categoria *espaço* no psiquismo e pelo esvaziamento da categoria *tempo* [o que deriva e implica no fato de que] o eu não tem o poder de antecipação dos acontecimentos, para poder circunscrever o impacto das intensidades (BIRMAN, 2006, p. 184-185).

Ainda na trilha delineada por Birman - mas também compartilhada por Jurandir Freire Costa⁹⁹ - constata-se a ausência de *mediação* entre o eu e o mundo, simultaneamente como causa e efeito dessa implosão dos sujeitos por meio da compulsão pela repetição e o consequente esgotamento das possibilidades mediar em passado, presente e futuro e de, evidentemente, projetar o futuro. Nessas condições, afirma Birman (2006)

O vazio da subjetividade atual é o correlato do mundo que perdeu o sentido [considerando que] sem a presença de mediação, a subjetividade pós-moderna se restringe a pura negatividade, afirmando-se simplesmente pelos murmúrios do *negacionismo* impotente (BIRMAN, 2006, p. 193).

Após esse percurso digressivo é possível afirmar que o equivalente às considerações de Birman poderia ser dito quanto à questão metodológica abordada neste trabalho, pois a ausência de mediação ou a absolutização de um tipo exclusivo de mediação resulta numa inoperância epistemológica sistemática das ciências sociais, sendo estas reduzidas à condição instrumental para as políticas governamentais, cujo fundamento não se pode questionar tendo em vista sua inegável (*sic.*) contribuição para a sociedade. Assim, acentua-se a redução das potencialidades das ciências sociais à condição de mero instrumento de dominação de classe, muito distante do ideal de emancipação que as acompanha desde a origem.

⁹⁹ COSTA, Jurandir Freire. A Subjetividade Exterior. Texto derivado da palestra “A Exteriorização da Subjetividade”, de 2001. Disponível em http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/subjetividade.html. Acessado em 22 julho de 2008.

Tomar a noção de subjetividade como paradigma nas ciências sociais envolve a compreensão crítica do próprio conceito de subjetividade, ou seja, recuperar historicamente seu surgimento e desenvolvimento e buscar superar as dicotomias que condicionam o seu entendimento, entre elas a apropriação liberal que é feita do conceito de subjetividade, que implica na prevalência do indivíduo em todas as dimensões da realidade social. Isto se torna ainda mais relevante para o contexto contemporâneo no qual os personalismos e os individualismos têm se expressado como fundamentos da subjetividade, o que além de enviesado, mostra-se limitado quanto às possibilidades de produzir reflexões no nível da intersubjetividade, impossibilitando o diálogo entre os sujeitos de um conhecimento concebido como relação social.

A subjetividade poderá ser tomada como paradigma desde que sejam atendidas as questões relativas à decisão prévia acerca das referências mínimas para se pensar a sociedade, o que corresponderia neste caso, aos sujeitos da realidade a qual se pretende construir o ‘conhecimento como relação social’ numa perspectiva intersubjetiva (CARIA, 2003), concomitante a retomada do fundamento pedagógico-emancipador de Antonio Gramsci, para o qual é necessário tornar subjetivo aquilo que se apresenta como objetivo.

No caso da pesquisa com instituições militares é de fundamental importância, dado o papel eminentemente repressivo dessas instituições (ALTHUSSER, 1970), ir além da simples reafirmação dessa premissa, o que significa balizar a relação com essas instituições e seus sujeitos pelo questionamento permanente sobre o que se considera inaceitável naquilo que se pesquisa, ou seja, dando centralidade a integridade da pesquisa social.

Definir os limites do inaceitável, num mundo cuja expressão mais recorrente para sintetizá-lo tem sido a *barbárie*, é uma tarefa que demanda o reestabelecimento de utopias que foram abandonadas num passado muito recente e, concomitante à identificação de distopias que condicionam nossa ação presente, entre elas a arbitrária e tirânica preocupação com a segurança (Foucault, 2008), envolvendo inerentemente uma visão distorcida em relação às expectativas e proposições para o futuro.

Uma das utopias presentes no horizonte mais imediato das ciências sociais refere-se ao conceito de *fronteira*, a partir do qual deveria ser garantida a possibilidade de que noções como *sociedade*, *nação*, *povo*, *cultura*, *subjetividade* possam nutrir-se reciprocamente e reestabelecer as utopias abandonadas.

Os efeitos da **fronteira** são assim identificados como indispensáveis por Ribeiro (2002) quando afirma:

Só enquanto cultura nacional é que a ‘constelação de culturas’ pode ser pensada como um todo; o Estado Nacional representa, assim, o horizonte unificador que confere significado às ‘culturas periféricas’ que admite no seu seio [...] construir o ‘Outro’ significa projetar a diferença pela fronteira, assim possibilitar a construção da identidade” [...] no domínio da cultura não existe um território interior, todo ato cultural vive, no essencial, nas fronteiras (RIBEIRO, 2002, p. 477; 481; 486).

É justamente no momento em que as **fronteiras** foram deslocadas pela globalização e permanecem em movimento - e que sequer garantimos a cidadania local e nacionalmente - impõem-se a tarefa concomitante de projetar e estabelecer fundamentos de ordem global. Reafirma-se então a pertinência da **fronteira** tendo em vista que a mesma pode ser concebida como espaço de comunicação e de luta entre posições antagônicas, posições essas que apenas o discurso, hegemônico e conservador, afirma ter desaparecido, na medida em que os processos e as concepções dominantes de globalização se anunciam pela homogeneidade e universalidade auto-atribuídas, porém sua consolidação de fato é fundada na heterogeneidade e na fragmentação.

É preciso identificar e reconhecer as **fronteiras** também em sua condição de distopias, de modo que em suas respectivas dinâmicas sejam desconstruídos os idealismos opressores e assumidas as **lutas** inerentes às necessidades contemporâneas, evitando-se, simultaneamente, que essas mesmas fronteiras sejam indiscriminadamente associadas à noção institucionalizada de **conflito**, cuja referência neutralizadora atua com fins a coibir as transformações de toda ordem: social, econômica, política e cultural.

Ao contrário do que os manuais possam indicar como referência mínima para a pesquisa nas ciências sociais (indivíduos, classes, grupos de ação, etc.) neste trabalho é defendida a ideia de que tal referência se define pelos próprios sujeitos do conhecimento na medida em que por meio de suas **fronteiras** forem capazes de identificar sua integridade e de significá-la frente aos interesses que são colocados em jogo, e até mesmo pelos enfrentamentos suscitados pela dinâmica da construção do conhecimento.

Outrossim, considera-se a construção de uma pesquisa e a delimitação de seu respectivo objeto nas ciências sociais não busca universalizar saberes, mas serve como referência de reflexão teórica, por isso a necessidade de ser sistemática e metódica, caso

contrário corre-se o risco de transformar-se em doutrina o conhecimento que se pretendia esclarecedor.

As pesquisas sociais no contexto de um país que foi edificado sobre bases coloniais implicam em uma preocupação ética preliminar, qual seja, a de possibilitar a **ressignificação**, a qual igualmente deve ser discernida em sua dimensão utópica e distópica, tal como se considerou em relação ao conceito de **fronteira**.

Entende-se por ressignificação a capacidade de deslocamento compreensivo, de transitar por várias linguagens institucionalizadas, de restabelecer **fronteiras**, de restaurar intersubjetividades. Todavia, a absorção de ressignificação deve ser moderada pela crítica ético-política (justamente onde se encontra aquilo que anteriormente nos referimos como integridade), para que seja possível a manutenção do intelectual como interlocutor político e não simplesmente como mediador.

Segundo González-Casanova (2006), um conhecimento que se pretenda científico:

parte de una comunicación que articula la unidad en la diversidad [...] assume los problemas de comunicación que se dan frente a un sistema autoritario de dominación y apropiación, y los más desafiantes que se dan en el interior de las fuerzas alternativas [...] toma en cuenta la actual reestructuración, desestructuración y construcción de conceptos por sujetos sociales y cognitivos de especialistas y de no especialistas (GONZÁLEZ-CASANOVA, 2006, p. 210-211).

Diante de uma crescente indefinição de paradigmas estimulada pelas *ciencias dela incertidumbre* (ROITMAN-ROSENMAN, 2006) faz-se necessária a definição de conceitos que ocupem um lugar político no campo de tensões sociais contemporâneas. Esses conceitos permitirão instrumentalizar a ação política da pesquisa com perspectivas éticas, proporcionando que homens e mulheres se estabeleçam como sujeitos articuladores das ciências sociais, de modo a evitar um novo tipo de reducionismo que consistiria em assumir subordinadamente uma lógica que privilegia o ponto de vista institucional e que impede a emergência das questões que permanecem alheias à pauta da pesquisa, estando esta condicionada à agenda governamental.

2. METODOLOGIA EM RETROSPECTO

A intenção em discutir essas questões se resume à busca por tematizar sobre a produção de pesquisa junto ao universo policial militar, tendo em vista compartilhar

procedimentos que não se referem propriamente às questões metodológicas, mas sim com as posturas do pesquisador diante de sujeitos cujo pertencimento ao topo da hierarquia militar os torna, aparentemente, tão convictos e rígidos, mas não impossibilitados ao franco diálogo. Para tanto, apresenta-se um breve relato acerca das atividades da pesquisa que motivaram este artigo.

No primeiro semestre de 2011, com o objetivo de entrevistar os coronéis que comandam as cinco escolas da PMESP e o comando sua Diretoria de Ensino e Cultura, realizei nove visitas para que seis entrevistas pudessem ser feitas, seja por cancelamento inusitado, seja pelo fato de que os coronéis eram solicitados durante o período do agendamento da entrevista. Outras situações também fizeram com que o pesquisador tivesse que retornar ao local das entrevistas, a exemplo do convite que recebera de um dos coronéis para ministrar uma palestra aos professores de uma das escolas. Também ocorreu de o pesquisador ser convidado a visitar outros espaços da instituição com vistas a conhecer mais sobre o trabalho da PMESP.

Nesta descrição, cada um dos contextos nos quais as entrevistas foram realizadas exige uma caracterização específica tendo em vista não somente a especificidade de cada uma das escolas diante do sistema de ensino da PMESP, mas, sobretudo em razão dos contextos muito particulares nos quais as entrevistas ocorreram, o que se relaciona muito diretamente ao modo como cada um dos comandantes exerce sua função.

Conforme nos indica Di Virgilio (1999)

[...] tanto se trabaje con observación como con entrevistas, es fundamental llevar un registro de todo lo ocurrido, así como de las impresiones y sensaciones de los investigadores. Las *notas de campo* son un recurso necesario, representan el modo tradicional para registrar datos procedentes tanto de la observación como de las entrevistas y permiten captar aspectos no verbales, emocionales y contextuales de la interacción. (1999, p. 96)

Foi possível notar que apesar de todos os comandantes das escolas manterem uma relação ligeiramente informal com os demais membros da corporação, considerando-se o ambiente de hierarquia, é possível perceber que nas escolas que ocupam os níveis

mais altos no sistema de ensino (APMBB, CAES e DEC) a sisudez da equipe ganhava relevo.

A referida sisudez se explica, entre outros aspectos, pela relação que caracterizou o primeiro contato entre o pesquisador e os respectivos coronéis. A demasiada atenção ou o explícito desconforto diante do pesquisador manifestavam o inconveniente da pesquisa nesses espaços, muito embora a DGE (2010) estabeleça como fundamento da política de ensino na PMESP a valorização do fomento à pesquisa.

Entretanto, a primeira consideração geral a ser feita com relação às entrevistas realizadas com os coronéis comandantes das escolas de formação da PMESP, diz respeito ao fato de que nelas prevaleceu o pensamento reflexivo. A perspectiva do diálogo pretendida pelos coronéis diante do pesquisador orientou a apresentação das questões das entrevistas, não de maneira estanque ou isolada, isto é num tom formal de perguntas e respostas, mas sim colocadas de maneira a respeitar as temáticas que ao longo das extensas respostas dos coronéis se destacavam em relação às questões previstas, porém, respondidas de modo não linear, o que se mostrou invariavelmente mais autêntico.

Esse modelo de entrevista aberta por completo, cujo termo ‘conversa’ mais adequadamente o caracteriza, por um lado tornou mais oneroso o trabalho de comparação entre as falas, porém, esse mesmo aspecto relacionado à forma como as entrevistas aconteceram possibilitou um ganho quanto à integralidade das falas, o que uma entrevista formal talvez não permitisse.

Previamente definidas como abertas, as entrevistas foram dimensionadas em quatro blocos temáticos. Cada um desses blocos de questões continha cerca de dez perguntas, as quais cumpriam muito mais a função de orientar o pesquisador, do que propriamente serem colocadas de modo formal. Por certo é que preparar-se para essas entrevistas exigia não só ter muitas questões a mão, mas saber colocá-las no momento oportuno e, do mesmo modo, saber reconhecer quando as respostas já atendiam outras perguntas além da que fora apresentada objetivamente.

Assim, o direcionamento das entrevistas para a perspectiva de ‘conversas’ se deveu, em grande medida, ao fato de que todos os coronéis se posicionaram diante do sociólogo-pesquisador, e que a Sociologia em sua expressão tipicamente crítica – e de certa forma avessa ao trabalho da polícia – foi considerada em todas as entrevistas. Essa

ocorrência permite considerar que há também por parte dos policiais militares algum estigma com relação ao sociólogo, o que possivelmente se explique pela atitude impertinente e crítica desse profissional.

Todavia, parte-se do pressuposto que

La espontaneidad en la conversación colabora a contrarrestar la concepción del marco del investigador. En ese contexto, la no directividad debe entenderse como el resultado de una relación socialmente determinada, en la cual cuentan la reflexividad del entrevistado y el investigador. También, es necesario incorporar al estudio las condiciones bajo las cuales se produce la entrevista, ya que ésta, como dice Guber (1991), es también una instancia de observación. (Di VIRGILIO *et al.*, p. 95-96)

Outra observação relevante refere-se ao fato de que dos seis coronéis entrevistados, três já estiveram no comando de outra escola da PMESP, o que os possibilitou falar de maneira mais difusa sobre o ensino na corporação e não de forma própria ou exclusiva em relação à escola que esses coronéis comandavam no momento.

Dado o caráter reflexivo das entrevistas, não foi possível desenvolvê-las de modo linear, ou seja, reproduzir a mesma sequência de questões em cada uma delas. Cada coronel abordou o pesquisador de uma maneira específica, levando-o por vezes a fornecer respostas às indagações dos coronéis para então criar as condições necessárias à apresentação de uma nova questão.

Mesmo de modo não regular, muitos dos temas propostos, quando não respondidos diretamente, eram considerados indiretamente nas respostas a outras perguntas, podendo ser sistematizados em conjunto.

A maneira como se processaram as entrevistas/conversas também procuraram dotar-se metodologicamente do mesmo arcabouço teórico que orientava a pesquisa. A adequação exigiu, portanto, atenção especial a toda uma ordem de expressões (gestual, discursiva e tensional), sempre simbólicas, mas diretamente relacionadas ao objetivo, este nunca distinto dos espaços (mesmo os mais preliminares ou informais) que compuseram o universo do trabalho de campo.

3. CAMINHOS EM CONTRAPONTO: OUTROS DOIS TRABALHOS ACADÊMICOS DISTINTOS SOBRE A POLÍCIA MILITAR

A construção de uma tese de doutorado costuma exigir do pesquisador sempre um tempo maior do que efetivamente se dispõe para esse fim. Para além do tempo, o volume de material de pesquisa também incide problematicamente sobre as expectativas do pesquisador. Seja o volume abundante ou escasso, o pesquisador é sempre confrontado com o fato de que nenhum dos materiais em específico versa exatamente sobre aquilo que é objetivo de sua tese. Assim, com um tempo determinado e diante de um volume inespecífico de material relacionado à tese, torna-se necessário questionar o que é preciso escolher? Ou ainda, do que se escolhe, a que é preciso dar relevância?

Entre os materiais recolhidos para a tese, outras teses são sempre muito bem vindas, porque ajudam a fundamentar os argumentos próprios, mas especialmente por apontarem os caminhos de seu autor, invariavelmente semelhantes ao nosso; oferecendo-nos grandes esperanças em concluir a pesquisa.

Na construção de minha tese, dois trabalhos acadêmicos contribuíram enormemente com os elementos apontados acima, entretanto, a principal contribuição consistiu em se contraporem a minha pesquisa no que tange a aproximação com os sujeitos da pesquisa, também policiais militares.

A dissertação de mestrado “O policial militar em tempos de mudança: *ethos*, conflitos e solidariedade na Polícia Militar do Estado de São Paulo”, defendida no PPGAS, UnB, em 2006, de autoria de Graeff, busca representar a transição vivida pela polícia militar a partir da percepção de seus membros acerca de mudanças e permanências em seu cotidiano, comparando passado e presente da corporação.

A despeito das considerações acerca do objetivo dessa dissertação, chama a atenção o fato de a autora ter vivenciado um intenso processo de negociação para que o trabalho de campo pudesse ocorrer, destaque-se o título de um dos capítulos intitular-se “Uma – não tão breve – digressão sobre meu encontro com a Polícia Militar”.

A digressão acerca do processo pelo qual a autora estabeleceu as diretrizes da pesquisa – desde o contato para a autorização, até o momento das entrevistas com oficiais – foi permeado de desconfiança por parte da pesquisadora à medida que esta, ora não acreditava ser possível o acesso da pesquisadora, ora desacreditava na possibilidade de encontrar respostas autênticas de seus entrevistados.

Desse modo é com certa satisfação que Graeff relata:

A abertura institucional que me foi dada era tão sensível que, por contraste, tornou cada vez mais evidente o quanto eu havia preparado meu espírito para todo tipo de resistências e empecilhos que esperava encontrar em campo. [...] Embora essa possa parecer a fantasia íntima de todo pesquisador, por vezes me vi tentada a interpretar minha invisibilização como parte de uma elaborada estratégia conspiratória para tornar a pesquisa inviável. (p. 18-19)

Distintamente de Graeff, em minha pesquisa procurei ao máximo que os contatos ocorressem de modo informal (para desgosto de meu orientador), mas por ter desenvolvido pesquisas anteriores, dispunha de contatos com oficiais da PMESP de cidades do interior do Estado, o que me permitia ter acesso direto aos telefones dos gabinetes dos comandantes e o nome, ao menos de um capitão, para citar como referência.

Também no momento inicial apresentava-me como pesquisador-doutorando e não negligenciava qualquer propósito da pesquisa, no entanto não me ocupei inicialmente em agendar entrevistas, mas sim “conversas”, pois queria antes me apresentar aos oficiais da PMESP, pois tinha certeza que conseguiria o acesso, mas sabia que esse dependia de um primeiro encontro no qual as “suspeitas” por parte dos entrevistados ou de seus assessores – no caso, também oficiais – pudessem ser desconstruídas pela assunção por parte do pesquisador de suas premissas e objetivos.

Assim, percebi que o equivalente da desconfiança de Graeff com relação à autorização para a pesquisa, no meu caso representou apenas uma insegurança – que posteriormente se confirmou de modo negativo – em relação à autorização obtida, pois dado que o contato para a autorização foi informal, apesar de posteriormente formalizado por meio de ofício, a confirmação de autorização também foi informal, materializada simplesmente num *email* o qual se destinava a todos os comandantes que inicialmente eu pretendia entrevistar.

Refiro-me à confirmação e autorização da pesquisa como insegurança, confirmada negativamente, pelo fato de que ao longo da pesquisa pretendia realizar novas entrevistas além das que realizei com os coronéis, e depois do tempo necessário a análise preliminar das primeiras entrevistas, e da passagem de 2011 para 2012, o que implicou na mudança de todos os comandantes de seus postos anteriores, fui obrigado a obter nova autorização a qual me exigiu um esforço significativamente maior em relação ao primeiro contato, mesmo que muitas das pessoas a quem contatava recordassem da minha presença nos batalhões. Por fim, foi necessário, além de nova formalização do pedido de

autorização para a pesquisa, um apelo direto a um dos coronéis entrevistados solicitando sua intervenção junto ao comando geral.

Se por um lado a segunda autorização foi demorada, por outro penso que ela só se tornou viável por ter sido o contato anterior marcado pela informalidade, a qual me deu acesso a endereços eletrônicos e número de telefones celulares dos coronéis, mas também por ter sido marcada pela absoluta franqueza nas próprias entrevistas (que prefiro chamar de conversas) nas quais alguns enfrentamentos de perspectivas ideológicas criaram certo constrangimento, mas foram decisivas para que um diálogo verdadeiro se realizasse. Ou seja, a despeito da pretensa neutralidade do pesquisador, é notória a diferença de perspectivas entre um sociólogo e um policial militar, de modo que a prerrogativa da diferença deva ser assumida para que a entrevista não se constitua em diálogo vazio composto de frases prontas¹⁰⁰; destarte essas eram os principais pontos de enfrentamento nas entrevistas, dado que embora eu as aceitasse, elas me abriram possibilidades claras de questionamento a partir do qual o enfrentamento de posições se estabelecia.

Outra diferenciação, com relação aos receios de Graeff no desenvolvimento de sua pesquisa, é dada pelo fato de que em nenhum momento me preocupei com a autenticidade ou não das respostas dos comandantes da PMESP. Ocupava-me sim em distinguir nessas respostas a imensa receptividade e acolhimento, seja em meu trânsito e acesso aos espaços dos batalhões, seja nas falas dos coronéis, que faziam questão de demonstrar tanto seus conhecimentos e interesses no campo das ciências sociais, como também em registrar seu reconhecimento em relação à importância das pesquisas¹⁰¹, além das tentativas de colocar em prática muitos desses conhecimentos.

Essa familiaridade forjada pelos oficiais com o pesquisador tornou-se nítida e contribuiu na confirmação de uma das hipóteses centrais da pesquisa, a qual questionava, especialmente em razão da orientação foucaultiana da tese, as amplas e disseminadas estratégias “dissimuladoras” dos mecanismos e dispositivos de segurança,

¹⁰⁰ Como exemplo, entrevistei um coronel que também fora entrevistado por Graeff e fui surpreendido ao ler em citações das falas desse coronel a mesma e exata frase (citação de Milan Kendera) para representar a maneira como devemos “olhar” para momentos históricos anteriores.

¹⁰¹ Destaque-se o fato de que na manhã que iniciei a primeira dessas entrevistas, a *Folha de S. Paulo* havia publicado matéria sobre a utilização indevida de dados criminais por parte do **sociólogo**, então Coordenador de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, disponibilizando-os a empresas seguradoras. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0103201101.htm>

o que já havia sido levantado em minhas pesquisas anteriores ao verificar que, por exemplo, a filosofia de policiamento comunitário em seu escopo central remete à tentativa deliberada de reconstruir a imagem da polícia diante da sociedade, limitando sua realização ao simulacro da segurança efetiva, que implica necessariamente segurança e garantias em relação as práticas dos próprios agentes de segurança.

Doravante, é preciso destacar que tamanho acolhimento por parte dos policiais, sugeria a tentativa de me “vencerem pelo cansaço”, pois a despeito da apresentação clara dos objetivos da pesquisa e dos termos das entrevistas, em cada uma delas fui de um modo específico sobrecarregado por demandas dos comandantes. Um deles só permitiu o início da entrevista e a ligação do gravados após mais de uma hora de questionamentos acerca de minhas posições políticas e político-partidárias; outro chegou para a entrevista acompanhando de mais dois oficiais, oferecendo-me oportunidades de conhecer diversos espaços da corporação, estendeu o que seria uma entrevista de uma hora e meia para nove horas; outra ainda convidou-me a participar de diversas atividades no interior da escola sob seu comando (de colação de grau, ensaio de banda musical, formatura, fui também por esse comandante convidado a proferir uma palestra a seus oficiais) exigindo-me três visitas à corporação para poder por fim realizar a entrevista.

Cabe ainda salientar que as restrições a informações em entrevistas com policiais não são objeto específico de regulamentação por parte da corporação. Apesar de pertinente, a observação de Graeff (2006) acerca do incômodo em relação ao registro de suas respostas às entrevistas (p. 23-24) pode ser reinterpretada diante do fato de que nas entrevistas com comandantes, a precaução quanto à gravação dos depoimentos variava: enquanto uns afirmavam “estar falando em nome da instituição”, como se dissessem: “o que eu digo não é o que penso, mas sim o que a minha posição frente à corporação exige que eu fale”; em posição diametralmente oposta outros coronéis justificavam que expressavam sua posição pessoal e afirmavam “estar falando em seu próprio nome”, como se quisessem dizer: “essa é apenas a minha opinião, o que manifesto não representa necessariamente a compreensão da instituição”.

Curiosamente, os dois posicionamentos dos entrevistados não encontravam equivalente nas falas. Ou seja, as respostas eram muito semelhantes entre os que diziam “falar em nome da corporação” e também entre aqueles que diziam “falar seu próprio

nome”. Entretanto, ambas se coadunavam na tentativa de promover certa defesa diante de eventuais represálias, mesmo sendo esses comandantes coronéis.

Outro trabalho acadêmico de referência para a construção de minha tese, no sentido do oferecimento de um contraponto quanto à metodologia foi a tese de doutorado “Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas no cotidiano policial”, defendida na FAFICH, UFMG, em 2005, de autoria de Barros, busca tratar das questões relacionadas ao trabalho da polícia frente a mitificação das ações policiais, tanto ações consideradas ousadas, como tediosas; centrando-se na compreensão dos policiais acerca do que vem a ser “fazer policiamento”.

Interessado nas mudanças preconizadas pela filosofia de policiamento comunitário, Barros acompanhou por mais de um ano as atividades de patrulhamento e as atividades no quartel, bem como participou de encontros informais com policiais. Filho de um praça da Polícia Militar de Minas Gerais, o autor declara manter uma relação afetiva quanto ao tema da pesquisa, o que embora tenha correspondido a manutenção do pertencimento ao tema, por outro lado dificultou, em certa medida, o acesso a dados.

Optando por compreender a ascense da vida policial e dispondo de conhecimento prévio das rotinas da polícia militar, o autor opera sua pesquisa mediante um envolvimento que lhe permitiu participar das operações em Zonas Quentes de Criminalidade (ZQCs), acompanhar as atividades da PM2, setor de investigação da Polícia Militar no qual os policiais, sempre à paisana, atuam no quartel com vários recursos documentais e de comunicação, e também nas ruas em Postos de Observação e Vigilância (POVs).

Barros admite não ser possível a quem não tivesse o lastro paterno, do qual ele pessoalmente dispunha, ter a oportunidade de acompanhar de modo tão próximo e completo tais atividades. No entanto, não se furtou, também por desconfiança, a realizar atividades da pesquisa de modo não integrado aos policiais, mas reconhece não ter havido nenhuma mudança no comportamento dos policiais, o que talvez se deva ao fato de, para além da liberdade de circulação entre os policiais – a ponto de ser sistematicamente identificado como um deles – com sua interação cotidiana junto à polícia passar a ser convidado a participar de atividades sociais da vida particular dos policiais.

Por fim, é necessário destacar que a proximidade ao mesmo tempo em que facilitava o acesso às informações necessárias a pesquisa, trazia inúmeras inquietações relacionadas à história pessoal do pesquisador, o que em certa medida afetava seu discernimento a respeito do tema investigado.

A despeito da variedade de instrumentos, do prolongado trabalho de campo, da garantia de acesso privilegiado a uma variedade significativa de atividades policiais, as questões metodológicas destacadas nesse segundo ponto da introdução da tese de Barros, qual seja, “O contexto da investigação: metodologia e procedimentos” chamam a atenção pelo fato de que ocupam um “lugar de pesquisa e do pesquisador” diametralmente oposto ao de Graeff (2006), todavia sem implicar em facilidade, pois tal como referido no início desse tópico, o excesso de materiais também dificulta, ou no mínimo, onera a sistematização dos dados.

Contudo, frente a tamanha variedade de relações que se configuram entre o pesquisador e seus sujeitos, e também frente aos efeitos imensamente variados é que cada um dos tipos de relação existentes pode implicar é que se afirma a centralidade de metodologia como preocupação e posicionamento ético e político, o que se faz pertinente diante de situações de pesquisas caracterizadas tanto pelo distanciamento, quanto pela proximidade.

Nesse sentido, uma consideração acerca da etnografia contribui com o esclarecimento das desconfiças, inseguranças e instabilidades do pesquisador diante de tais sujeitos da pesquisa que são simultaneamente “comum-estranho” e “próximo-distante”, porém dotado de poder objetivo, tanto físico como intelectual.

o etnógrafo é objecto de processos de socialização local que o obrigam a evidenciar as suas inseguranças e perplexidades e a relativizar as suas origens culturais. Ele está dentro para compreender, mas ao mesmo tempo tem que estar fora para racionalizar a experiência e poder construir um objecto científico legítimo. Tem que se pensar a si próprio na relação com o outro. (CARIA, 2000, p. 5)

Dilemas entre pesquisador/sociólogo e policial/oficial não se objetivam apenas na suposta oposição entre as ideologias (de esquerda do primeiro e de direita do segundo); elas relacionam-se também e profundamente com o fato de que o sociólogo, que projeta seus estudos sobre as questões relacionadas à segurança, tendo minimamente preocupações com temas como a violência e afins, de modo que sua prática se situa no

campo da explicação, todavia sobre um objeto cuja materialidade se expressa de modo gritante, ou seja, o sociólogo está diante de uma situação pela qual algo precisa ser feito (o incômodo derivado disso lhe é fundamental), mas para o qual o seu trabalho é absurdamente distante. Nesse sentido, o policial, sobretudo oficial, lhe oferece à observação uma realidade na qual ele se projeta como protagonista do que tem sido feito e do que está para ser feito, o que diante da aparente inoperância do pesquisador, tende a seduzi-lo¹⁰².

Nos termos de Caria, o “tornar-se *intercultural*” como premissa da antropologia, vale também para experiências de pesquisa de campo em instituições policiais militares

Aliás, é devido a esta filiação que não entendemos o posicionamento daqueles que defendem para a ciência uma imparcialidade explicativa (não confundir com neutralidade observacional), pois o lugar de fronteira que sustentamos não é vazio de valores e interesse pelo mundo [...] Existem algumas estratégias de investigação que estão mais próximas da etnografia porque não cultivam, forçosamente, uma relação de exterioridade com o objecto em estudo. (CARIA, 2000c, p. 6-7)

Portanto, trata-se de admitir e considerar as inúmeras e permanentes influências produzidas na própria relação com os sujeitos da pesquisa, objetivando a reflexividade necessária à ampliação dos termos da análise à sua dimensão ética e política, o que significa reconhecer os termos da alteridade na prática da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confrontando a metodologia utilizada e os resultados da pesquisa, posso afirmar que embora tenham confirmado a validade dos conceitos orientadores da tese, a análise não se furtou a problematizar e conhecer uma realidade. Ou seja, não se partiu da

¹⁰²

Durante o trabalho de campo fui convidado por um dos coronéis entrevistados a participar de um evento promovido pela PMESP sobre “abordagem policial”. O evento contaria com a participação de oficiais e estudiosos da segurança pública. Aceitei o convite, mesmo considerando os custos de remarcar uma passagem aérea. No entanto, alguns dias depois o evento foi cancelado pelo Comando Geral da PMESP, mediante justificativa dada pela sobreposição de eventos, pois nas mesmas datas ocorreria na cidade de São Paulo o “*International Security Fair*”, evento eminentemente comercial para divulgação das novidades tecnológicas para a área de segurança. Assim, o coronel, motivado por garantir minha fala, organizou uma atividade específica na qual eu palestrei para cerca de 40 policiais, a maioria composta por oficiais e professores de uma dos órgãos de ensino da PMESP. Nesta palestra abordei, apesar do tema indicado pelo coronel (Imagens pré-concebidas e risco na atuação policial), enfaticamente os conceitos de **reificação** e **fetichismo** aplicando-o às questões da atuação da polícia; o tratamento do tema, sobretudo em razão da combinação entre a descoberta do conceito de **reificação** pelo coronel e por sua indignação frente ao cancelamento do evento acadêmico em privilégio do evento comercial, o motivou a convidar-me para escrever um artigo sobre “o fetichismo das mercadorias de segurança”.

convicção segundo a qual se pretendia dogmaticamente confirmar a teoria, nem mesmo interessava a possibilidade de que o contato com a realidade demonstrasse os limites da teoria, pois não estava em jogo um simples “teste” no qual se avaliaria a força explicativa da teoria ou a resistência à explicação por parte da realidade, mas sim o que estava em jogo era uma relação entre sujeitos e instituições (as quais pertencem pesquisador e policiais) sobre os quais se projetam expectativas de conhecimento mútuo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. et alli **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, 1999.

BARROS, Lúcio Alves de. **Polícia e Sociedade**: um estudo sobre as relações, paradoxos, dilemas do cotidiano policial. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BOURDIEU, P. A **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007 (Coleção Estudos: 20).

CARIA, Telmo. A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteira. In: CARIA, T. (org) **Experiência Etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 2003.

DI VIRGILIO, María Mercedes; FRAGA, Cecilia; NAJMIAS, Carolina; NAVARRO, Alejandra; PEREA, Carolina M.; PLOTNO, Gabriela S. Competencias para el trabajo de campo cualitativo. **Revista Argentina de Sociología**. Año 5, N° 9, (2007), pp. 90-110

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. Problema conceptuales en Ciencias Sociales y Ciencias del lenguaje. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, P. & ROITMAN-ROSENMAN, M. **La formación de conceptos en Ciencias y Humanidades**. México: Siglo XXI Editores, 2006.

GRAEFF, Beatriz Porfírio. **O policial militar em tempos de mudança**: ethos, conflitos e solidariedade na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade Nacional de Brasília, 2006.

RIBEIRO, António Sousa. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, B.S. (org) **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROITMAN-ROSENMAN, Marcos. Ciencias de la certidumbre y ciencias de la incertidumbre. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, P. & ROITMAN-ROSENMAN, M. **La formación de conceptos en Ciencias y Humanidades**. México: Siglo XXI Editores, 2006.